



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental COM AAF	06050000596/13	17/12/2013 10:06:23	AGENCIA ESPECIAL DE UBER

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00011165-8 / EDSON ANTONIO TREBESCHI	2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:	2.4 Bairro:	
2.5 Município: ARAGUARI	2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.440-000
2.8 Telefone(s):	2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00011165-8 / EDSON ANTONIO TREBESCHI	3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:	3.4 Bairro:	
3.5 Município: ARAGUARI	3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.440-000
3.8 Telefone(s):	3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Bom Jardim	4.2 Área Total (ha): 247,2635		
4.3 Município/Distrito: ARAGUARI/Mg	4.4 INCRA (CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 28.866	Livro: 2 RG	Folha: 01	Comarca: ARAGUARI
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 815.500	Datum: SAD-69	
	Y(7): 7.931.500	Fuso: 22K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Paranaíba	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 22,79% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	247,2635
Total	247,2635
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica	6,2738
Agricultura	225,2897
Pecuária	14,3500
Outros	1,3500
Total	247,2635

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				3,3812
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		0,8100
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			0,3100	ha
Intervenção em APP COM supressão de vegetação nativa			0,0512	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			0,3100	ha
Intervenção em APP COM supressão de vegetação nativa			0,0512	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				0,3613
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				0,3613
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SAD-69	22K	814.713	7.933.037
Intervenção em APP COM supressão de vegetação	SAD-69	22K	814.531	7.933.333
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Infra-estrutura	Rede elétrica, casa de bomba, acesso a captaçã			0,3613
Total				0,3613
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação		Qtde	Unidade
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):	(dias)			
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Muito Baixa.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**I - REFERÊNCIA**

O proprietário requer a supressão de vegetação nativa em área comum com área de 0,31 ha e supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente com área de 0,05125 ha nas margens do Ribeirão da Estiva para instalação de tubulações, rede de energia, casa de bombas e estrada de acesso, até um ponto de captação para abastecer pivô de irrigação.

II – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A propriedade esta inserida no Bioma Cerrado de acordo com o Mapa de Biomas do IBGE, com espécies típicas do ecossistema associados de Cerrado localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e micro bacia do Rio Jordão.

A propriedade possui Latossolo vermelho de textura argilo arenosa com declividade ondulada variando em torno de 3 a 15°.

O imóvel encontra se cadastrado no CAR e a Reserva Legal da propriedade está averbada através da compensação nas matrículas 25089 CRI de Coromandel e 24552 localizada no distrito de Abadia dos Dourados – CRI de Coromandel, do mesmo proprietário conforme Av-17-28866 CRI de Araguari.

O proprietário apresentou o cadastro do imóvel no CAR sob o numero MG-3103504-BA38AD561D7446A3B1EB5EBCA52799A0 em 17/11/2014.

As áreas de APP da propriedade são compostas pela margem do Ribeirão Estiva e uma vereda encontrando se com vegetação nativa com um total de 3,33 ha.

A atividade econômica da propriedade é a agricultura e pecuária.

As espécies vegetais mais comuns nas áreas nativas são: pau terra, capitão chapadinho, faveira, macaúba, pororoca e vegetação rasteira, entre outras de ocorrência de cerrado.

III – ANÁLISE DO REQUERIMENTO

1. Trata se de Intervenção com supressão de vegetação nativa em 0,31 há em área comum e 0,5125 ha em área de preservação permanente.

2. O objetivo é a abertura de um corredor com 10 metros de largura para a instalação de tubulações, rede de energia elétrica, casa de bombas e estrada de acesso num ponto de captação para irrigação de culturas anuais. Este corredor permite a captação de água no Ribeirão da Estiva.

3. O processo de outorga encontra se em andamento conforme recibo de entrega de documentos N° 0102169/2014 datado de 03/03/2014, anexo ao processo.

4. Margem do Ribeirão da Estiva, Micro bacia do Rio Jordão e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba

5. Coordenadas X=814.531; Y=7.933.333 - SAD – 22K

6. Vegetação de cerrado nativo e vegetação rasteira decorrentes de áreas úmidas.

7. Intervenção de baixo impacto.

8. Trata-se de intervenção para instalação de atividade de interesse social.

9. Na vistoria foi constatada que o local escolhido existe um maior acumulo de água, onde a área será menos impactada para a captação de água para abastecer pivô de irrigação que será instalado na propriedade.

10. A vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto é: Muito Baixa e não é área prioritária para a conservação da biodiversidade de acordo com ZEE

11. Foi constatado um volume de 3,0 metros cúbicos proveniente da supressão da intervenção em área comum e área de preservação permanente, conforme descritos no mapa em anexo. A destinação do material lenhoso será transformado em lenha de uso na propriedade.

IV – CONCLUSÃO:

O proprietário requer a intervenção com supressão de vegetação em área em área comum com 0,31 ha e 0,05125 ha em área de preservação permanente para a instalação de tubulações, rede de energia, casa de bombas e estrada de acesso no ponto de captação, conforme mapas apresentados pelo técnico em agrimensura Thiago Martins Arruda CREA MG 130104/TD, por se tratar de atividade de interesse social; intervenção de baixo impacto visto que o local escolhido é a melhor opção tecnicamente e a supressão será menor, conseqüentemente causará menos impacto ambiental.

Como a propriedade possui registro no CAR, reserva legal averbada através da compensação, por não haver impedimento legal e pelas considerações explanadas, sou favorável ao deferimento do requerimento do empreendedor, pela intervenção com supressão de vegetação nativa em área comum e área de preservação permanente com área de 0,3213 há e para a instalação de tubulações, rede de energia, casa de bombas e estrada de acesso, até um ponto de captação para a instalação de pivô de irrigação.

O rendimento lenhoso total é de 3,0 metros cúbicos de lenha nativa que será usado na propriedade.

O prazo sugerido é de 24 meses para finalização das instalações requeridas.

V - MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS (inserido em campo específico no SIM)

- Recuperação através do plantio de 200 espécies nativas na área 0,81 ha de preservação permanente que não se encontra preservada.

-Conservação e preservação dos remanescentes nativos das áreas de preservação permanente e reserva legal.

-Manutenção dos aceiros das áreas de preservação permanente e reserva legal.

-Deverão ser adotadas práticas conservacionistas de solo para evitar danos aos cursos d'água, preservação da estrutura do solo e beneficiar a infiltração de águas das chuvas.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

JOEL BELINOVSKI - MASP: _____

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 28 de agosto de 2014

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Processo Administrativo nº 06050000596/13
Proprietário: Edson Antônio Trebeschi

Ref.: Supressão da Cobertura Vegetal Nativa com Destoca e Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa

CONTROLE PROCESSUAL**I. Relatório:**

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado por EDSON ANTÔNIO TREBESCHI, conforme consta nos autos, para SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA COM DESTOCA em 0,3100ha e INTERVENÇÃO EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 0,0512ha do imóvel rural denominado "Fazenda Bom Jardim", localizado no município de Araguari, matrícula nº 28.866 do Cartório de Registro de Imóveis de Araguari/MG.

2 - A propriedade possui área total de 247,2635ha destes 49,4527ha foram destinados à área de reserva legal (não inferior a 20% de sua área total), devidamente averbada na matrícula do imóvel sob o AV-17-28866, estando esta área cadastrada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante.

3 - As intervenções ambientais requeridas ocorrerão para a implantação das atividades de culturas anuais e cafeicultura. Estas atividades, nos parâmetros declarados, enquadram-se nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, conforme FOB nº 2137417/2013, como passível de autorização ambiental de funcionamento e possui Outorga de uso de águas devidamente deferida, conforme processo nº 2287/2014.

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, estando a Conferência de Débitos Florestais, o Cadastro Ambiental Rural e o Plano de Utilização Pretendida Simplificado anexados aos autos.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, ambos os requerimentos de intervenção (supressão da cobertura vegetal com destoca em 0,3100ha e intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,0512ha) são passíveis de autorização, uma vez que não há alternativa técnica locacional e estão em consonância com a legislação ambiental vigente.

6 - Quanto às áreas de preservação permanentes é cediço que são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

7 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual nº 20.922/2013 e DN COPAM nº 76/2004. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

8 - Entende-se por interesse social: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) a implantação de infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água; h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, tudo isso nos exatos termos do

art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

9 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

10 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras, compensatórias e do PTRF, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais, nos termos do art. 7º da DN COPAM nº 076/2004 e art. 8º, Portaria IEF nº 054 de 14 de abril de 2004.

11 - Ressalta-se que de acordo com o § 2º do artigo 42 do Decreto Estadual nº 45.824/11, com a nova redação que lhe deu o Decreto Estadual nº 45.968/12, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão da Comissão Paritária - COPA.

III. Conclusão:

12 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, a Diretoria de Controle Processual da SUPRAM TMAP, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização da supressão da cobertura vegetal com destoca em 0,3100ha, bem como à intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,0512ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no parecer técnico, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013), OUVIDA a Comissão Paritária (COPA) do COPAM.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 4 (quatro) anos, nos termos do art. 4º, §§ 2º e 3º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de autorização da supressão da cobertura vegetal nativa com destoca e intervenção em APP com supressão de vegetação nativa, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, a Diretoria de Controle Processual da SUPRAM TMAP, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

É o parecer, s.m.j.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

GUSTAVO MIRANDA DUARTE - 115009 _____

17. DATA DO PARECER

terça-feira, 21 de julho de 2015